

Entrevista com **Andrea Carestiato**

Em outubro de 2015, a Equipe Coleciona entrevistou Andrea Carestiato, consultora da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Urbano do Ministério do Meio Ambiente, que contou um pouco da sua trajetória profissional e da Estratégia de Educação Ambiental e Comunicação Social na gestão de Resíduos Sólidos:

COLECIONA: *conte-nos um pouco sobre sua trajetória profissional, envolvendo temáticas socioambientais.*

AC: desde criança, acompanhando o caso da perda das Sete Quedas e toda a história dramática dos resgates de animais na inundação da região da Hidroelétrica de Itaipú, que já sentia minha vinculação de alma e espírito com as causas socioambientais.

Dali em diante, entrei em diversos movimentos que na época chamavam de “ecologistas”. Aí, assumindo minha condição de ambientalista (termo que substituiu o de ecologista, significando estar ligada a uma organização não governamental), lutei indo contra a retificação do Rio Bengalas em Nova Friburgo, na década dos anos 1980; passando pelo Programa de Despoluição da Baía da Guanabara, como gestora estadual; avançando como coordenadora do Programa Cursos D’água, no Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba (CEIVAP); até chegando no DEA/SAIC com o Programa “Nas Ondas do São Francisco”, uma ação de educomunicação no contexto do Programa de Revitalização do Rio São Francisco; seguindo com a Coordenação da Educação Ambiental na Política de Resíduos Sólidos, sempre com a perspectiva de políticas integradas.

Atualmente, me realizo fazendo parte do Programa Água Doce, uma política para o aproveitamento sustentável de águas salobras e salinas, que incorpora cuidados técnicos, sociais e ambientais na implantação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização, visando o acesso à água de qualidade para consumo humano, prioritariamente no semiárido brasileiro, no contexto do Programa Água para Todos e no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Assim, trabalhar com gestão de água/recursos hídricos, resíduos sólidos e Educação Ambiental (EA) são alguns marcos da minha trajetória socioambiental. Tudo que fiz como bióloga, educadora ambiental e cidadã, foi, portanto, pelas causas socioambientais.

COLECIONA: conte-nos sobre seu envolvimento com a estratégia de Educação Ambiental e Comunicação Social na gestão de Resíduos Sólidos. O que é esta estratégia? Quais são seus maiores desafios?

AC: quando o MMA estava elaborando o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, contribuí para que o instrumento “Educação Ambiental” fosse contemplado transversalmente neste processo. Contudo, devido a essa condição de transversalidade inerente da EA, era necessário se criar uma “estratégia” que permitisse integrá-la ao Plano. Eis aí o desafio inicial:

Meu trabalho foi propor uma metodologia e desenvolver um produto que abarcasse as diversas expressões que a Educação Ambiental tomava dentro da PNRS, ou seja, como conteúdo temático em si, como pedagogia, como informação qualificada, como mobilizadora social, como instrumento de uma política, como política integrada e como indutora de cidadania.

Na medida que mergulhamos conceitualmente no fato da EA ser um instrumento da PNRS - e ser um instrumento de uma política nacional era algo inédito para EA – percebemos que a comunicação social (CS) também era um conceito distinto. Este se configurando como desafios de linguagem e percepção do que significaria a sociedade brasileira implementar a PNRS.

A estratégia então foi se ampliando, sendo planejada para viabilizar o instrumento EA da PNRS, atuando integradamente com os demais instrumentos (particularmente os Planos em todas as suas estâncias); viabilizar o dimensionamento institucional e econômico específico das ações distintas de EA e CS governamentais; oferecer indicadores que acompanhassem a evolução e desempenho das ações propostas por tipologia de resíduo, de público e de região brasileira. A estratégia ofereceria também conteúdos para processos formativos no contexto da PNRS; acesso a materiais de apoio aos elaboradores públicos e privados de planos de gestão de resíduos sólidos (por exemplo, prefeituras municipais, condomínios e indústrias); um sistema de informação com mapeamento de experiências e boas práticas de EA e CS e uma biblioteca temática atualizada.

COLECIONA: que aspectos da Política Nacional de Resíduos Sólidos são mais difíceis de serem implantados? Por quê?

AC: um dos conceitos que trazemos na Estratégia é o de buscar a construção de uma nova mentalidade em relação ao que tratamos como cidadania individual e coletiva. A PNRS, ao meu ver, só avançará se investir efetivamente nesta perspectiva, até porque as inovações propostas só são possíveis a partir de outros parâmetros mentais, culturais e educacionais da relação ser humano com seu ambiente.

É muito mais que apenas treinar pessoas a segregar seus resíduos, ou empresas a cumprir a logística reversa. A PNRS envolve uma ação conjunta, que só dará resultado se ocorrer com e na maioria absoluta de pessoas e instituições. Claro que estamos falando de um processo paulatino, mas é preciso dar escala e continuidade às ações.

Assim, o maior desafio da PNRS é realizá-la integradamente, sem fragmentar ou selecionar aspectos, como tem ocorrido na implementação de outras políticas públicas no Brasil.

COLECIONA: na sua opinião, qual a importância da Educação Ambiental no trabalho dos catadores e dos gestores? Onde ela se encaixa, como pode se desenvolver?

AC: ora, a PNRS propõe claramente que os catadores sejam agentes de educação ambiental ao tratarem diretamente com a população dos aspectos da segregação e coleta seletiva dos resíduos domésticos. Eles são responsáveis pela ação mais estratégica e revolucionária da PNRS, porque a humanizam, trazem a responsabilidade sobre a destinação ecologicamente adequada para as pessoas e famílias. Além disso, ao assumirem seu verdadeiro papel social na gestão dos resíduos, virá a dignidade humana, o resgate de sua cidadania e o reconhecimento profissional a que fazem jus.

Quanto aos gestores, gostaria que tomassem consciência desse fato, viabilizando no contexto dos planos de resíduos sólidos e das ações de gestão em geral, a inclusão efetiva e definitiva(!) dos catadores nas políticas locais e regionais.

Fazerem parte permanente das estratégias locais, regionais sobre a gestão de resíduos sólidos, me parece o encaixe mais direto e imediato tanto dos catadores como dos gestores. Contudo, podemos ainda somar ao médio e longo prazos, aspectos de progressão tecnológica e educacional sobre estas ações continuadas.

Num futuro próximo, caso a PNRS se efetive de fato, os catadores devem assumir quase todos os aspectos da gestão dos resíduos domésticos. Um exemplo concreto: atualmente falamos em uma fração de menos de 10% de resíduos sólidos segregados e encaminhados para reciclagem. Com o aumento desse percentual, muitos processos e ciclos de produção serão ampliados, criados e recriados! Novos postos de trabalho surgirão. Uma infinidade de potenciais se abrirão com reuso e reciclagem de materiais e substâncias.

O Brasil deveria se preparar para dar o salto necessário e urgente ao fazer do resíduo que polui a oportunidade de desenvolvimento sustentável.